

SUMÁRIO

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

1. Decadência das contribuições previdenciárias através de lanceamento pela sentença condenatória trabalhista
GUSTAVO NASCIMENTO FIUZA VECCHIETTI 13

DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO

1. Cidadania fiscal: o direito à informação da carga tributária no Brasil
DENISE LUCHNA CAVALCANTE E EULÁLIA CAMURÇA 35
2. Da inconstitucionalidade da Cide Incra: análise do art. 149, § 2.º, III, a, da CF/1988 e do rol nele previsto
LUCIANO GOMES FILIPO E MATIAS GABRIEL ZERRINO CHAVES 53

TRIBUTOS

1. Não há tributação fixa no ISS
FRANCISCO JEFERSON RÉIS ASSUNÇÃO DE SÁ 65
2. Competência dos municípios para a instituição do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza com finalidade indutora
MAYSA DE SÁ PIETONDO 83
3. A relação do princípio da isonomia com as contribuições de intervenção no domínio econômico: o caso da Condecine Licença
VINÍCIUS ALVES PORTO MARTINS 109

CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1. Remissão e anistia em matéria tributária: determinação do conteúdo e alcance dos institutos à luz do direito positivo brasileiro
CARLOS ALBERTO DE MORAES RAMOS FILHO 137

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Responsabilidade tributária por ato lícito como dever instrumental: um enfoque sob a perspectiva do direito fundamental de propriedade
EDUARDO SABALLA BUCCI 163

BENEFÍCIOS FISCAIS

1. Um novo enfoque sobre a guerra fiscal no Brasil
CARLOS JOSÉ WANDERLEY DE MESQUITA 203
2. Análise acerca da possibilidade legal de concessão de benefícios fiscais de ICMS sem submissão ao regramento imposto pela LC 24/1975 ante os precedentes firmados no âmbito do STF e TJDF
EDUARDO MUNIZ M. CAVALCANTI 259

DIREITO TRIBUTÁRIO COMPARADO

1. Conceito de tributo: uma perspectiva comparada Brasil-Espanha
JOSÉ MARCOS DOMINGUES E CLEMENTE CHECA GONZÁLEZ 277

DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

1. A criação da contribuição social para os conselhos profissionais e o princípio da legalidade
JOYCE CHAGAS DE OLIVEIRA 335

DIREITO PROCESSUAL ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

1. O que é processo administrativo tributário? Repensando a processualidade administrativa a partir de Francesco Carmelutti
FRANCISCO PABLO FETOSA GONÇALVES E ADONIS COSTA E SILVA 355

DIREITO TRIBUTÁRIO INTERNACIONAL

1. Introdução ao estudo do controle dos preços de transferência nas operações de transferência de tecnologia
RAFAELA CRISTINA OLARI 377

PARECER

1. Partilha constitucional do ICMS – Retenção pelo Estado do Amazonas de parcela devida ao Município de Manaus de 01.06.2005 a 14.11.2008 em desconformidade com a LC 63/1990 e a Lei estadual 2.011-A/1990 (em face da declaração de constitucionalidade da Lei estadual 2.749/2002). Novos índices fixados em outubro de 2003 pela Lei estadual 2.787/2003 no concernente a 3/4 da partilha obrigatória e com critérios definidos para o 1/4 restante – Omissão do Estado – Violação à CF e à LC 63/1990 – Responsabilidade das autoridades e sanções possíveis – Recomposição dos valores. Ações judiciais cabíveis
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS 397